



*BOLETIM
ECONÔMICO*
NUPE - UNIFOR

Vol. 2, N. 3, março/2021 #11



Universidade
de Fortaleza



BOLETIM ECONÔMICO **NUPE - UNIFOR**

Vol. 2, N. 3, março/2021 #11

Reitoria

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

Vice-reitoria de Graduação

Henrique Luis do Carmo e Sá

Profa. Danielle Coimbra

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e
Gestão - CCG UNIFOR

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de
Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Francisco Alberto Oliveira

Curso de Economia UNIFOR / Coordenador do Núcleo
de Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Maurício Rodrigues

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Ricardo Eleutério

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges

Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza - Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Nessa 11ª edição do Boletim Econômico, o leitor terá a oportunidade de se atualizar sobre as mudanças em curso na geopolítica internacional, por meio de um artigo de autoria do professor do curso de Comércio Exterior da Universidade de Fortaleza, Philippe Hubert Gidon, graduado e mestre em Relações Internacionais pela “Université Paris I Panthéon Sorbone”, intitulado: A Geopolítica se Convida na Mesa de Negociações Comerciais Internacionais: A Guerra de Modelos de Sociedade e o Delicado Papel das Corporações Transnacionais, que trata da disputa entre os Estados Unidos e a China pela liderança econômica e política mundial, bem como do papel das corporações transnacionais nessa contenda. Merecem destaque também nesse número os tópicos que tratam das análises dos cenários econômicos para o Brasil e Ceará relativos ao ano corrente e ao próximo ano, sendo o cenário para economia cearense construído, com exclusividade, pelos alunos e professores do NUPE. Além disso, no tópico final, uma análise da performance das empresas cearenses na Bolsa de Valores avaliada com base no índice das Ações Cearense – IAC, criado pelo NUPE e publicado mensalmente nesse periódico.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

A Geopolítica se Convida na Mesa de Negociações Comerciais Internacionais: A Guerra de Modelos de Sociedade e o Delicado Papel das Corporações Transnacionais

Philippe H. Gidon^{1*}

O recente encontro de delegações norte americana e chinesa em Anchorage no Alasca para conversar sobre as condições de parceria entre os 2 grandes polos atuais de poder no mundo só confirmou aquilo que já estava surgindo no horizonte: as duas potências estão em pé de guerra. O teor das declarações, que podem ser resumidas em uma série de trocas de acusações em tom nada amigável mostra o quanto nossa estrutura global de convivência política, econômica e comercial está à beira do abismo.

O governo Biden decidiu dar continuidade à linha dura iniciada pelo governo Trump, ampliando suas exigências que até o momento eram essencialmente comerciais e tecnológicas para assuntos que envolvem o respeito a práticas democráticas e direitos humanos em geral. A reação chinesa foi veemente ao rejeitar em bloco qualquer crítica feita ao modelo de sociedade daquele país, descrito como vencedor, protetor e resiliente em comparação às supostas fraquezas do modelo de sociedade norte americano e ocidental.

A geopolítica se convidou, portanto, à mesa de negociações comerciais com uma força que não víamos mais há várias décadas. O fato é claro: a China quer reorganizar as condições de convivência entre sociedades, organizadas e lideradas pelos EUA, desde 1945. Afinal, vivemos há mais de 75 anos uma era de grande liberalização e abertura de mercados. Uma megaestrutura de organizações internacionais e negociações multilaterais incentivou o surgimento de uma dinâmica cooperativa que permitiu a expansão e consolidação de trocas entre sociedades, com destaque para os negócios. Esse processo, genericamente chamado de globalização é sujeito a críticas. Ele, todavia, contribuiu amplamente para a reinvenção dos processos de produção e comercialização à nível internacional. Uma das mais beneficiadas desta reorganização é justamente a sociedade chinesa, especialmente depois de sua entrada na OMC, no final de 2001, quando saiu de pouco mais de 260 bilhões de dólares anuais de exportações para mais de 2,5 trilhões em 2020, liderando com folga o ranking mundial dos maiores exportadores. Esse sucesso não se resume a exportações. Ele se estende à toda estrutura de produção econômica, com uma diversificação e sofisticação acelerada de seus processos produtivos e conseqüente crescimento econômico: o famoso “milagre chinês”. Este milagre vem acompanhado de conseqüências que estão redesenhando drasticamente a paisagem política e geopolítica mundial. O líder chinês Xi Jinping já anunciou a quem quiser ouvir que a China até 2049 estará de volta ao lugar que “lhe pertence”: ser o número 1 mundial, em todos os aspectos econômico, financeiro, tecnológico, político e militar. Tal ambição se choca com a liderança até pouco tempo incontestada dos EUA, que se veem desafiados e não pretendem deixar o trono. A rivalidade estratégica de dois modelos radicalmente diferentes de sociedade está na mesa para ser discutida.

Neste mesmo período, as empresas transnacionais, outras grandes beneficiadas da estrutura globalizante, ganharam autonomia estratégica e possuem sua própria agenda, configurando uma força a ser levada em conta nesta nova dinâmica. Estas empresas foram um fator chave do milagre chinês e pretendem manter um acesso ao maior mercado do momento. Tudo leva a crer que a pretensão norte

1 * Professor da Unifor.

americana em isolar a China não será tão facilmente implementada. Em momento crítico de pandemia, o único país a ter tido um aumento, de 4%, de investimentos estrangeiros diretos (IED) em seu território foi justamente a China. O mundo ocidental viu este tipo de investimento desabar até 50%, dependendo dos países e setores. Pela primeira vez, a China liderou, em 2020, o ranking mundial dos maiores recebedores de IED, no lugar dos EUA. É simbólico e prova que o mundo corporativo está em descompasso com as intenções do líder político ocidental. Poderão estas grandes corporações continuar forçando sua agenda contra a vontade política do ocidente? Este assunto crítico já se configura como o outro grande palco de confronto para o Governo dos EUA e outros países do bloco ocidental. Também significa que as corporações transnacionais terão de dar um peso consequente à dimensão geopolítica em suas decisões estratégicas, algo inusitado e, portanto, desafiador.

O cenário da década de 2020 se anuncia complicado, incerto e inseguro, com uma competição agressiva de modelos societais, conjugada à interesses corporativos declarados com poder para influenciar decisões. Resta saber se estas corporações, ao priorizar seus projetos, saberão servir de elo para apaziguar a relação política e geopolítica ou se, ao contrário, irão atíçar ainda mais o já muito degradado clima de convivência entre os EUA e a China.

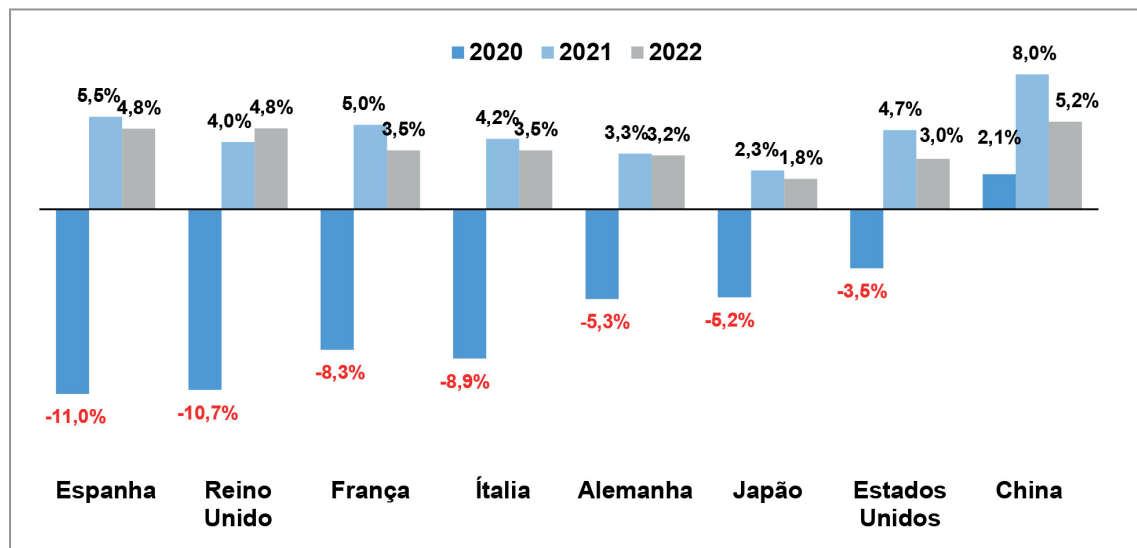
CENÁRIO MUNDIAL

O ano de 2020 foi bastante atípico para a economia mundial, principalmente em virtude da crise sanitária proporcionada pelo COVID 19, que ainda assola o mundo. Diante desse quadro, os governos dos diversos países foram forçados a adotar medidas restritivas visando à contenção da disseminação do vírus resultando na suspensão de diversas atividades, fechamento de fronteiras, decretação de *lockdown* e outras medidas de isolamento, que por sua vez, influenciaram negativamente o PIB das inúmeras economias do globo. Através dos dados divulgados recentemente pelo Euromonitor Internacional, é possível notar o quanto acentuadas foram as quedas dos PIB's em 2020 nos países desenvolvidos, como a Espanha (-11%) e o Reino Unido (-10,7%), entretanto, destoando dos demais, a China, país originário do vírus, encerrou o ano com um crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1%, sinalizando a força e poder de recuperação de sua economia.

Ademais, os dados de 2020, comparados com as projeções para 2021, evidenciam expectativas promissoras em face de uma célere produção e vacinação em massa, ocasião também em que as medidas restritivas serão gradativamente flexibilizadas, possibilitando a retomada da economia mundial, a qual já apresenta sinais de recuperação. De acordo com as projeções demonstradas no Gráfico 1, as perspectivas convergem para que os países reaqueçam suas economias e retomem o crescimento na ordem seguinte: Espanha (5,5%), Reino Unido (4,0%), França (5,0%), Itália (4,2%), Alemanha (3,3%), Japão (2,3%), EUA (4,7%) e a China com um forte crescimento em torno de 8,0%.

Vale salientar que a tendência mundial de recuperação em si e das perdas dessa retração econômica sofrida em 2020, que já se inicia em 2021, somente se concretizara nos anos subsequentes para a maioria dos países, isso caso o plano de vacinação demonstre sua eficiência e haja adoção de medidas prévias visando o controle de possíveis surtos esporádicos.

Gráfico 1 – Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) – Países selecionados – 2020 a 2022.



Fonte: Euromonitor/Macro Model Euromonitor Baseline - Atualizado em 29/03/2021.

CENÁRIO NACIONAL

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dado os efeitos negativos causados na economia em decorrência da pandemia, o ano de 2020 é marcado por uma queda de -4,1%, totalizando em R\$ 7,4 trilhões. Já para os setores da economia, nota-se que a agropecuária obteve a maior taxa acumulada do ano de 2020 (2,0%), enquanto o valor adicionado da indústria teve queda de -3,5% e os serviços uma retração de -4,5%, como pode ser visto no Quadro 1.

Já na análise do PIB pela ótica da demanda para o ano de 2020, o consumo das famílias registrou queda de -5,5%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou uma retração de -0,8%, enquanto o consumo do Governo registrou uma queda de 4,7%. Para o comércio internacional, as exportações tiveram uma queda de -1,8% e as importações caíram -10,0%.

Quadro 1 - Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda – Brasil – 4º Trimestre e Ano de 2020.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGROP.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
4º Trimestre de 2020/ 3º Trimestre de 2020 (%)	-0,5%	1,9%	2,7%	3,2%	20,0%	3,4%	1,1%	-1,4%	22,0%
4º Trimestre de 2020/ 4º Trimestre de 2019 (%)	-0,4%	1,2%	-2,2%	-1,1%	13,5%	-3,0%	-4,1%	-4,3%	-3,1%
Taxa acumulada ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	2,0%	-3,5%	-4,5%	-4,1%	-0,8%	-5,5%	-4,7%	-1,8%	-10,0%

Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	2,0%	-3,5%	-4,5%	-4,1%	-0,8%	-5,5%	-4,7%	-1,8%	-10,0%
Valores Correntes no 4º Trimestre de 2020 (R\$)	82,3 bilhões	344,2 bilhões	1,3 trilhão	2,0 trilhão	366,6 bilhões	1,3 trilhão	427,7 bilhões	334,8 bilhões	336,4 bilhões

Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 4º Trimestre de 2020 = 18,3%

Taxa de Poupança (Poup/PIB) no 4º Trimestre de 2020 = 13,8%

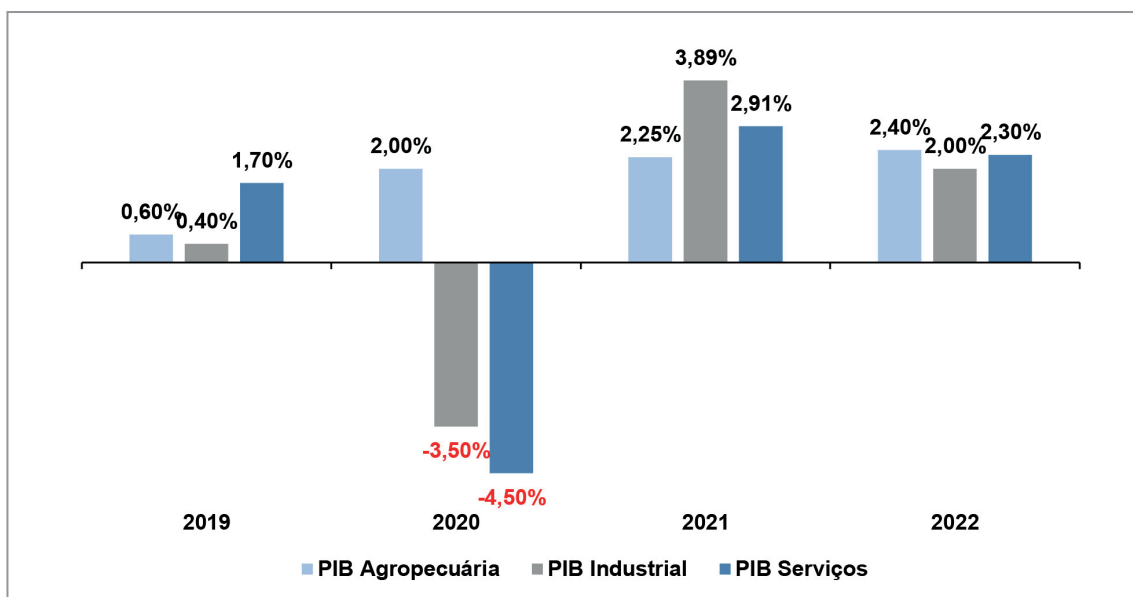
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

Uma das medidas para reduzir o número de contaminados na pandemia em 2020 foi o isolamento social, no qual fechou-se o comércio e a indústria não essenciais, ocasionando aumento na taxa de desemprego, influenciando diretamente na retração do PIB brasileiro e nos respectivos valores adicionados do setor industrial e serviços. Com exceção do PIB agropecuário, que foi afetado positivamente pelo aumento das exportações de commodities agrícolas favorecido pelo real desvalorizado. Além disso, o setor agropecuário não parou no Brasil durante a pandemia, o que explica o aumento de 2,0% em relação ao ano anterior, como ilustrado no Gráfico .

Para 2021, a perspectiva é de crescimento do PIB em todos os setores, tendo em vista a retomada de crescimento da atividade econômica no país, em decorrência do avanço do processo de vacinação, com destaque para a indústria, com uma expectativa de aumento de 3,89%, seguido dos crescimentos nos serviços (2,91%) e agropecuária (2,25%).

Por conseguinte, para 2022, é esperado crescimento no setor agropecuário (2,40%), seguidos dos serviços (2,30%) e da indústria (2,00%). Aliado a isto, é almejado que neste período a maioria ou toda a população do Brasil esteja vacinada, implicando no pleno funcionamento das atividades econômicas, consolidado assim, a retomada do crescimento econômico.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) – 2019 a 2022.

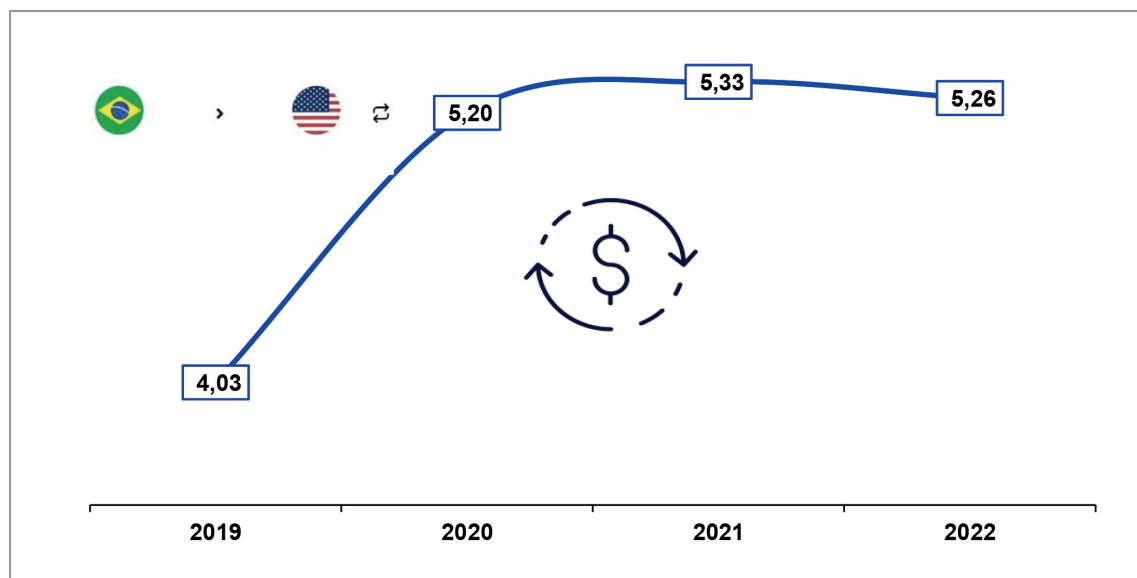


Fonte: IBGE e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Em relação ao comportamento da taxa de câmbio (Gráfico), desde o final de 2019, o real perdeu 39% do seu valor diante o dólar, ocupando a sexta posição do ranking de moedas que mais se desvalorizaram frente à moeda norte-americana. Dentre os diversos fatores de ordem conjuntural e estrutural que concorreram para essa forte depreciação cambial, os efeitos das medidas visando combater a pandemia do coronavírus no país ocupam lugar de destaque. Nesse ambiente adverso, a exemplo do ocorrido em 2019, as saídas de recursos do país superaram as entradas, verificando-se uma perda de U\$ 27,9 bilhões, pressionando ainda mais a taxa de câmbio. Assim, a moeda brasileira teve desempenho inferior à dos demais países emergentes, inclusive em relação àqueles com economias mais instáveis do que o Brasil. Com a forte desvalorização do real frente ao dólar, a taxa de câmbio, que ao final de 2019 era equivalente a R\$ 4,03, encerrou 2020 a R\$5,20. Todavia, este comportamento está favorecendo as exportações brasileiras e desfavorecendo as importações diante do mercado internacional.

No Brasil, o risco fiscal, justaposto a mediações do governo em estatais e uma onda ainda mais forte de Covid-19 preocupam os agentes econômicos, deteriorando suas projeções para 2021, que preveem uma maior desvalorização do real (R\$5,33). No entanto, a expectativa de mercado para o futuro é de otimismo em relação à retomada da economia global no longo prazo. O sentimento se baseia na confiança nas vacinações pelo mundo, além da reação de setores da economia na esteira da aceleração digital induzida pela pandemia, que favorece o aumento da produtividade. Para o fechamento de 2022, a estimativa é que o dólar seja equivalente a R\$ 5,26, conforme o boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB), vide Gráfico 3.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio (fim de período) – 2019 a 2022.



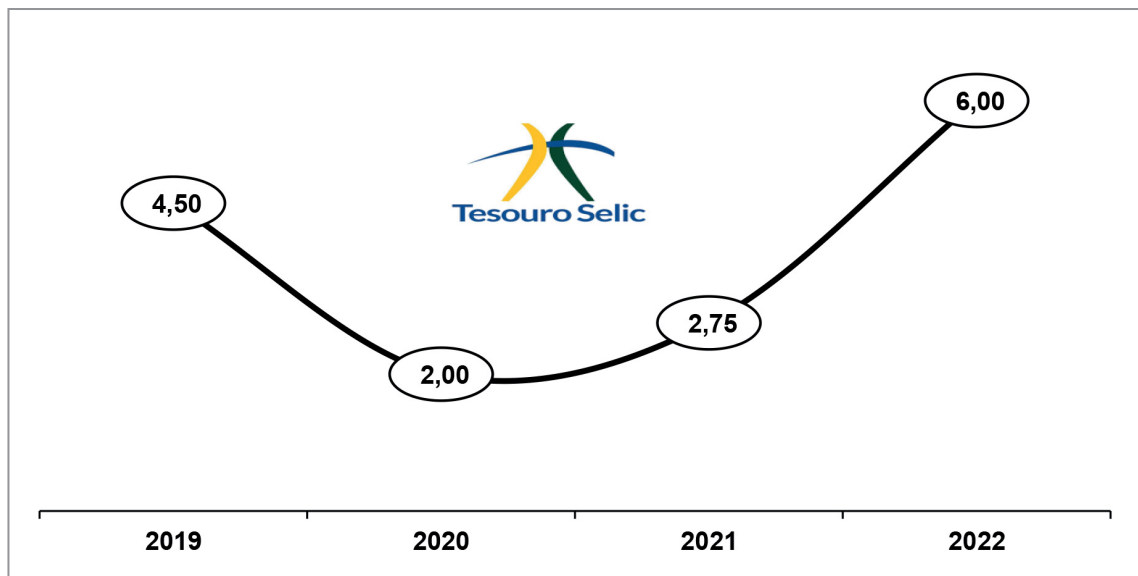
Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Na análise da taxa de juros básica do país, a SELIC (Gráfico 4), verifica-se uma considerável queda no período 2019-2020, atingindo a mínima histórica de 2,00% e mantendo-se nesse patamar entre setembro/2020 e março/2021. O aprofundamento do corte da SELIC ocorreu devido aos impactos da pandemia no cenário econômico, que reduziram o consumo das famílias, a produção industrial, os investimentos do setor privado e conseqüentemente o crescimento econômico. Devido a esse contexto, coube ao BACEN adotar políticas monetárias expansionistas.

No entanto, em sua reunião de 17/03/2021, o COPOM decidiu pelo aumento de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros, revertendo uma tendência de baixa verificada nos últimos seis anos e sinalizando para um ciclo de altas. Dessa forma, os agentes do mercado projetam, segundo o último

Boletim Focus, uma SELIC em torno de 5,25% ao final de 2021. Essa decisão do Copom foi tomada de forma unânime, tendo o Banco Central alegado que este aumento possui o efeito positivo de evitar que a inflação, medida pelo IPCA, ultrapasse o teto da meta neste ano. Posto isso, o Comitê de Política Monetária projetou que, a não ser que ocorra uma drástica mudança de cenário, uma nova alta de 0,75% deverá ser aplicada na próxima reunião. Para 2022, a estimativa é de alta e projeção entre 5,5% e 6,0% ao ano, ainda refletindo o impacto dos efeitos da recessão no cenário econômico e visando o cumprimento das metas inflacionárias.

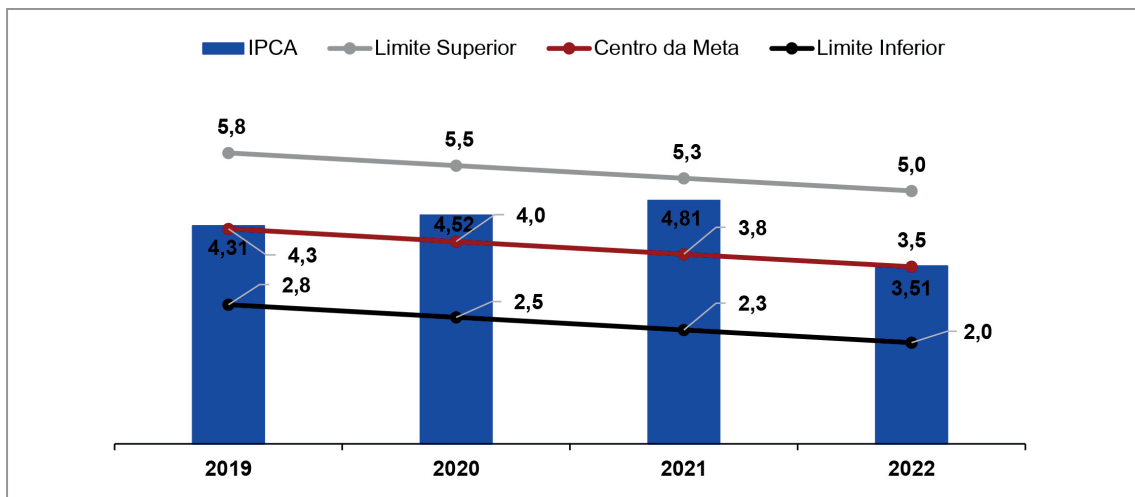
Gráfico 4 - Taxa Selic – Meta – Fim de Período (% a.a.) – 2019 a 2022.



Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

De acordo com o gráfico 5, pode-se observar o Índice de inflação (IPCA) e as Metas inflacionárias. Com projeção de 4,80% para o ano de 2021, prevendo assim um contínuo avanço se comparado a 2019 (4,31%) e 2020 (4,52%), este aumento ainda é apontado como reflexo da pandemia, que provocou choques na oferta e na demanda. Do lado da oferta, muitos setores pararam e outros reduziram a produção por conta do distanciamento social, com sérios reflexos em importantes cadeias de suprimento. Embora sofrendo retração de maneira global, houve um forte aquecimento na demanda de um grupo importante de bens de consumo, com destaque para os alimentos, tendo grande peso no aumento do índice. A alta do dólar e das *commodities* também contribuiu para o aumento na inflação, dentre outros fatores, por elevarem o preço do combustível, encarecendo o transporte de produtos em geral e afetando o preço ao consumidor final. A contração do índice IPCA para 3,50%, prevista em 2022, deve-se à expectativa da normalização dos mercados e ao aumento da taxa básica de juros. Com o avanço das vacinações, pode-se prever a volta dos setores que ainda hoje encontram-se parados ou com a produção reduzida, regularizando a oferta de produtos, bem como o aumento de empregos, retornando a economia ao nível do período pré-pandemia.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias – 2019 a 2022.

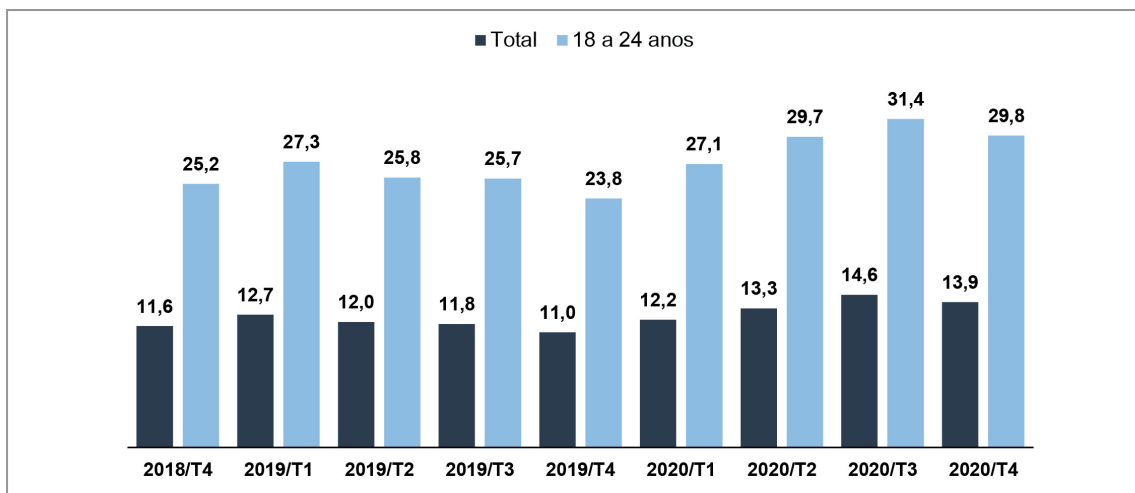


Fonte: IBGE e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresentados no Gráfico 6 revelam que a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2020 atingiu o valor de 13,9%, uma diminuição de 0,7 pontos percentuais (p.p.) em relação ao terceiro trimestre de 2020, período em que a taxa alcançou 14,6%, o que demonstra uma leve recuperação na dinâmica econômica afetada pela COVID-19. Por outro lado, houve acréscimo na taxa de desemprego do quarto trimestre de 2020 comparando-a com a taxa no quarto trimestre de 2019, cujo valor era de 11%, ou seja, um aumento de 2,9 p.p. entre os dois períodos. O último valor da taxa de desemprego trimestral também encerra o leve decréscimo que ela teve em comparação do quarto trimestre de 2019 (11%) com o de 2018 (11,6%), decorrente principalmente das demissões de funcionários resultante do fechamento do comércio e das indústrias, efeitos da pandemia.

No que respeita à participação de indivíduos da faixa etária no intervalo de 18 a 24 anos na taxa de desemprego, verifica-se uma redução de 1,6 p.p. no quarto trimestre de 2020 (29,8%) em relação ao terceiro trimestre (31,4%). O valor também representa um considerável aumento de 6,0 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2019 (23,8%), revelando que, com os efeitos da pandemia, as empresas estão menos dispostas a contratar pessoas jovens, em sua maioria novatos, para trabalhar, além destas serem as mais propensas a serem demitidas caso a instituição decida diminuir o número de funcionários.

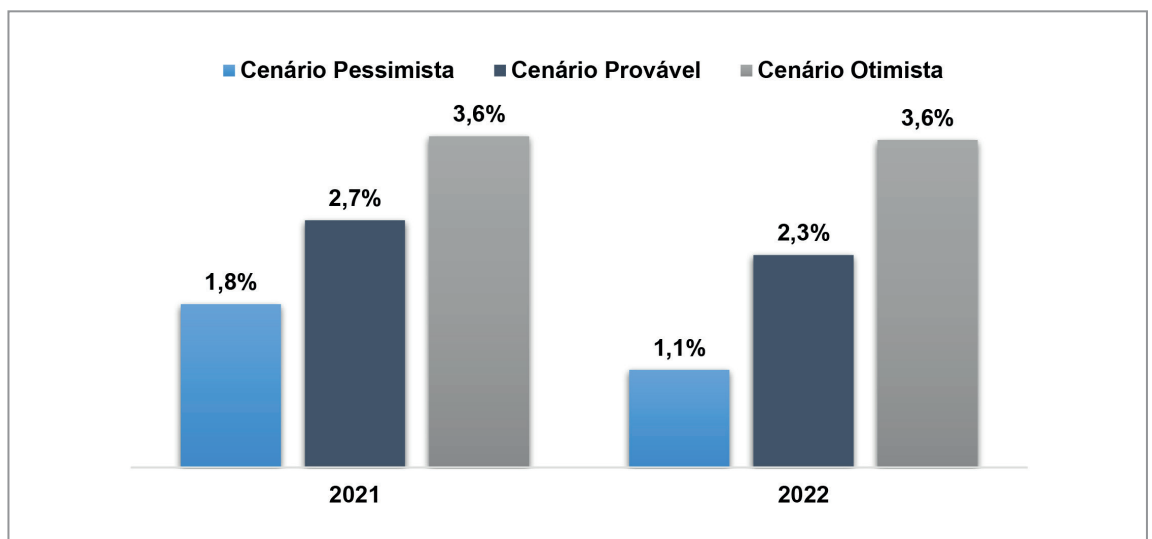
Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) – 2018 a 2020.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2021 e 2022, em três possíveis cenários (Gráfico 7). Após a retração verificada no ano de 2020 (-4,1%), a economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 2,7% e 2,3%, respectivamente para os anos de 2021 e 2022, explicado pela o aumento do processo de vacinação que ocorrerá no decorrer do ano de 2021, convergindo para uma situação de imunidade coletiva em 2022, o que permitirá um maior funcionamento das atividades econômicas que tiveram restrições mais fortes durante o ano de 2020 e início de 2021. Além do processo de vacinação, o crescimento econômico também será fruto da agenda de reformas, em especial e mais urgente a reforma tributária, bem como do crescimento das exportações, explicado pelo aumento da demanda externa por *commodities*, além de um câmbio favorável. No cenário pessimista espera-se um crescimento de 1,8% e 1,1%, respectivamente para 2021 e 2022, enquanto para o cenário otimista espera-se um aumento de 3,6%, em 2021 e 2022.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) – Brasil – 2021 e 2022.



Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

CENÁRIO LOCAL

No ano de 2020 o PIB da economia cearense apresentou uma retração de -3,56% em relação ao ano de 2019, sendo uma queda menor do que a economia brasileira, no qual registrou uma queda de -4,1%. Os efeitos negativos causados pela pandemia na economia do Ceará foram verificados a partir do segundo trimestre de 2020, onde registrou-se uma queda mais intensa (-13,74%). Os trimestres seguintes também foram de retrações, porém em intensidades de quedas bem menores, -0,78% para o terceiro trimestre e -0,17% para o quarto trimestre, decorrentes do processo gradual de reabertura das atividades econômicas a partir da redução das taxas de contaminações e óbitos.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, para o ano de 2020, a agropecuária foi o único setor que apresentou crescimento (10,31%), dado que o setor não registrou fechamento de suas atividades por ser eminentemente essencial. Já o setor da indústria registrou uma queda de 7,11%, puxado pelas quedas da Indústria Extrativa (-69,18%), SIUP (-12,46%) e Transformação (-6,69%), enquanto o setor de Serviços apresentou uma queda de -3,60%, onde as maiores retrações foram nas atividades Alojamento e Alimentação (-9,77%), Transportes (-6,90%) e comércio (-3,38%).

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 4º Trim. 2019 a 4º Trim. 2020 e ano de 2020 (*).

Setores e Atividades	4º Trim. 2019 (**)	1º Trim. 2020 (**)	2º Trim. 2020 (**)	3º Trim. 2020 (**)	4º Trim. 2020 (**)	Ano de 2020 (**)
Agropecuária	15,59	6,88	22,95	9,39	1,58	10,31
Indústria	10,62	-1,14	-29,93	-1,13	1,6	-7,11
Extrativa Mineral	-7,39	-9,77	-85,83	-87,62	-86,76	-69,18
Transformação	1,2	-2,52	-38,2	4,75	5,61	-6,98
Construção Civil	13,55	4,56	-18,13	10,88	4,38	0,63
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	33,17	-4,83	-18,77	-23,4	-3,82	-12,46
Serviços	2,54	0,11	-12,62	-1,42	-0,57	-3,6
Comércio	4,96	-1,32	-23,82	6,72	4,05	-3,38
Alojamento e Alimentação	-0,07	1,05	-13,01	-16,06	-11,05	-9,77
Transportes	0,96	0,57	-18,92	-7,35	-2,35	-6,9
Intermediação Financeira	4,89	0,21	-13,86	-0,65	-0,03	-3,51
Administração Pública	-0,01	0,24	-4,81	-4,04	-2,1	-2,69
Outros Serviços	-1,77	3,29	-2,59	-3,98	-2,95	-1,57
Valor Adicionado (VA)	4,73	0,2	-13,76	-0,7	-0,07	-3,51
PIB	4,55	0,18	-13,74	-0,78	-0,17	-3,56

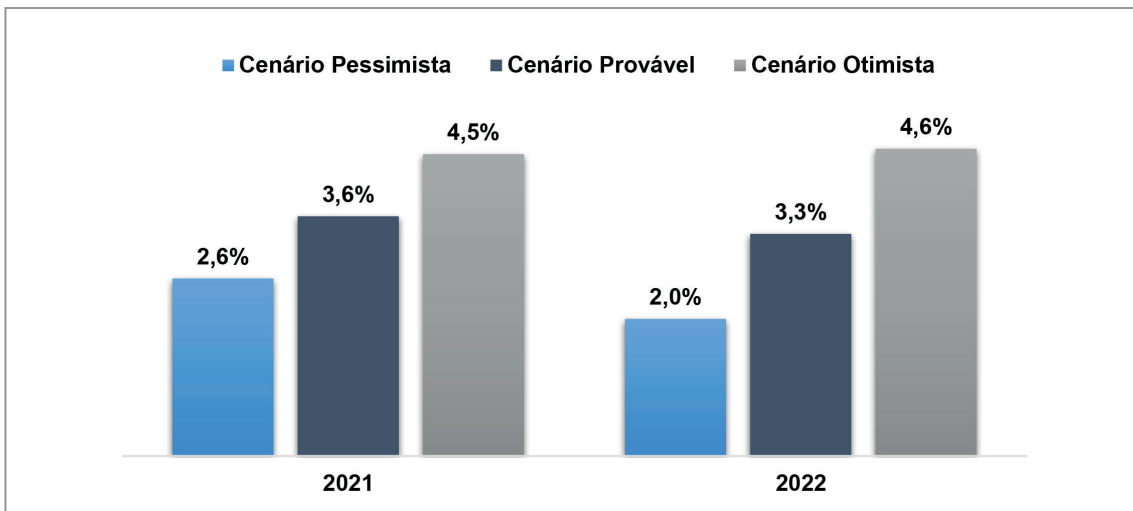
Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2021 e 2022, em três possíveis cenários (Gráfico 8). Após a retração verificada no ano de 2020 (-3,56%), a economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 3,6% e 3,3%, respectivamente para os anos de 2021 e 2022, explicado em grande parte pelo aumento do processo de vacinação, bem como pelo equilíbrio fiscal das contas públicas do Estado, no qual vem permitindo o Governo de Ceará apresentar um alto nível de investimento público em relação à sua receita corrente líquida, o que favorecerá uma grande quantidade de atividades econômicas cearenses ligadas a cadeia de produção da construção civil, aumentando a produção e conseqüentemente a massa salarial e a arrecadação de tributos. No cenário pessimista espera-se um crescimento de 2,6% e 2,0%, respectivamente para 2021 e 2022, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 4,5% em 2021, e um crescimento de 4,6% em 2022.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real – Ceará – 2021 e 2022.

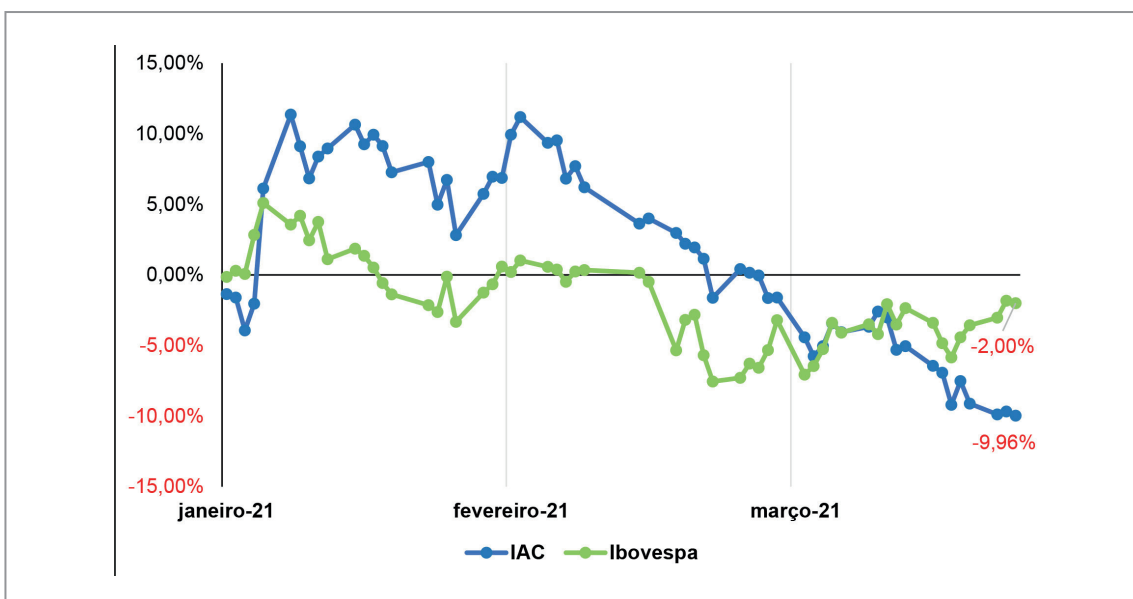


Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

ÍNDICE DE AÇÕES CEARENSES (IAC)

Conforme o Gráfico 9, o Índice de Ações Cearenses (IAC), que mede o comportamento das ações das empresas cearenses registradas em bolsas de valores, finalizou o primeiro trimestre de 2021 com uma queda de -9,96%, declínio superior ao registrado pelo Ibovespa (-2,00%). Pode-se verificar que desde o início de fevereiro de 2021, o IAC apresenta uma tendência de queda, registrando retornos acumulados negativos a partir do início do mês de março de 2021, enquanto o Ibovespa apresenta uma certa estabilidade, porém com retornos acumulados negativos desde a segunda quinzena do mês de fevereiro de 2021.

Gráfico 9 - Retorno diário acumulado no ano do IAC e do Ibovespa – Janeiro a Março de 2021.



Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/Unifor.

Ao analisar as ações que compõem o índice de Ações Cearenses (IAC), no mês de março de 2021 observa-se, para o retorno mensal, destaques positivos da Companhia Energética do Ceará (COCE5) (+11,20%), Grendene (GRND3) (+11,11%), M. DIAS BRANCO (MDIA3) (7,23%) e Banco do Nordeste (BNBR3) (3,65%). Todavia, apesar dos resultados positivos em março, todas estas ações têm retornos negativos no acumulado do ano, e COCE5 e BNBR3 tem resultados negativos também no retorno acumulado dos últimos 12 meses, com -1,74% e -11,13%, respectivamente.

Em relação a análise das ações do índice com resultados negativos no retorno mensal de março, observa-se a HAPV3 (-4,00%), PGMN3 (-8,78%), AERI3 (-13,25%), e ARCE (-26,57%). No entanto, visualiza-se que, em exclusão a PGMN3, todas as ações registraram rentabilidade negativa no acumulado do ano, diferentemente do que se verifica no acumulado dos 12 meses, onde somente AERI3 (-34,29%) apresenta desvalorização. As ações COEC3, da Companhia Energética do Ceará, que apresentaram estabilidade no mês de março, registraram variação negativa no primeiro trimestre do ano (-29,42%) e valorização no acumulado dos últimos 12 meses (15,51%).

Tabela 2 - Retornos do Ibovespa e das empresas contidas no IAC – Março de 2021.

Tickers	Retorno mensal (%)	Retorno acumulada no ano (%)	Retorno acumulado dos últimos 12 meses (%)	Participação mensal (%)
Ibovespa	6,00%	-2,00% ▼	59,73% ▲	-
IAC	-8,92% ▼	-9,96% ▼	15,41% ▲	100,00%
COCE5	11,20% ▲	-7,02% ▼	-1,74% ▼	3,07%
GRND3	11,11% ▲	-5,73% ▼	75,47% ▲	6,11%
MDIA3	7,23% ▲	-9,86% ▼	4,91%	7,36%
BNBR3	3,65% ▲	-6,58% ▼	-11,13% ▼	3,81%
COCE3	-0,00% ▼	-29,42% ▼	15,51% ▲	2,75%
HAPV3	-4,00% ▼	-2,49% ▼	5,50% ▲	44,80%
PGMN3	-8,78% ▼	0,22% ▲	32,93% ▲	4,10%
AERI3	-13,25% ▼	-11,60% ▼	-34,29% ▼	5,00%
ARCE	-26,57% ▼	-21,83% ▼	38,15% ▲	23,00%

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/UNIFOR.

* Data de referência: **31 de março de 2021**.

** Retornos ajustados a dividendos e desdobramentos.

Autores:

Alysson Inácio de Oliveira
Catherine dos Santos Rodrigues
Cícero Hércles Lima Moreira
Dario Lourenço Marques
Gustavo Luna de Melo Jorge
Igor Rufino Campelo
José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes
Lucas Gomes Mesquita da Silva
Mário Paz Barreto Neto
Mikaelle Uchoa Cavalcante
Nicolas Andrade de Oliveira Silva
Vicente Aníbal Da Silva Neto
Victor Gabriel dos Santos Teixeira

